MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

RELATÓRIO DE VISITAS A ESTABELECIMENTOS PENAIS E A AUTORIDADES DA EXECUÇÃO PENAL DO ESTADO DO ACRE

PERÍODO: 29 de fevereiro e 1, 2 e 3 de março de 2012.

Conselheiras: Gisela Maria Bester e Maria Ivonete Barbosa Tamboril

EMENTA: Introdução. 1. URF-01/RB – Unidade de Regime Fechado 1, Município de Rio Branco. 2. URFF – Unidade de Regime Fechado Feminino, Município de Rio Branco. 3. Núcleo de Execução Penal Feminino, do Município de Cruzeiro do Sul. 4. Penitenciária Manoel Néri da Silva, Município de Cruzeiro do Sul. 5. Unidade Penitenciária Guimarães Lima, Município De Cruzeiro do Sul. 6. Unidade de Recolhimento Provisório de Rio Branco. 7. Unidade de Recolhimento Semiaberto, de Rio Branco 8. Reunião com Promotor de Justiça das Execuções Penais de Cruzeiro do Sul. 9. Reunião com o Diretor do IAPEN. 10. Reunião com os Defensores Públicos das Execuções Penais de Rio Branco. 11. Considerações sobre a Audiência Pública do CNPCP realizada na Cidade de Rio Branco em 24 de maio de 2012. 12. Recomendações. 13. Anexos.

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem por escopo descrever as condições dos estabelecimentos penais visitados no Estado do ACRE (Estado com aproximadamente 750 mil habitantes – dados de 2010 – e população prisional de 3 mil e 900 custodiados, sendo, proporcionalmente a Unidade da Federação com a maior população carcerária do País), apontar os pontos positivos e as irregularidades, recomendar providências e trazer sugestões para o aprimoramento da gestão, sempre tendo como parâmetro as normas de execução penal vigentes e atos normativos expedidos por este Conselho.

Segundo informações do Diretor do IAPEN, Sr. Dirceu Silva, o Estado do Acre não possui cadeias públicas, nem presos em delegacias.

Deve-se registrar que a última visita de inspeção do CNPCP no Estado deu-se há mais de quatro anos.

As visitas foram realizadas com o conhecimento prévio das autoridades públicas locais. Para a realização dos trabalhos as Conselheiras contaram com a colaboração dos servidores do CNPCP Aline Gabriele e Rafael Costa. As unidades penais de Rio Branco visitadas o foram na companhia do Corregedor do Sistema/IAPEN, Sr. Enoque Pereira de Lima (Licenciado em Matemática e graduando em Direito), e da Gerente de Reintegração Social e Saúde, na época, Sra. Kelly Shirlei Nascimento, sempre com a presença dos diretores das respectivas Unidades.

Em Cruzeiro do Sul – cidade distante 600 Km da Capital – todas as inspeções foram acompanhadas pelo Promotor de Justiça das Execuções Penais, Sr. Walter Teixeira, e por sua Assessora, Sra. Iara, pela integrante da Pastora Carcerária e do Conselho da Comunidade, Sra. Marliz Moura, pela funcionária da VEP, Sra. Vera Lúcia Sidou Messias, além do Diretor das três Unidades lá visitadas. Todas as atividades foram acompanhadas pelo Sr. Leandro Zaccaro, da Ouvidoria do Sistema Penitenciário Nacional. Além dos formulários preenchidos pelos Diretores dos estabelecimentos penais (**ANEXO 1** deste Relatório) as Conselheiras do CNPCP preencheram outros formulários – próprios dos Conselheiros, todos em **ANEXO 2** – e serviram-se também do mais recente Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Acre enviado ao CNPCP, referente ao ano de 2010, que foi lido previamente.

Após o relato das inspeções e das reuniões realizadas (ilustradas com várias cópias de documentos, todas em apenso e disponíveis nos arquivos da Secretaria do CNPCP, assim como com registro fotográfico – **ANEXO 14**), neste Relatório faz-se também um registro da realização da Audiência Pública do CNPCP na cidade de Rio Branco, ocorrida em 24 de maio de 2012, na qual participaram novamente as Conselheiras Gisela Maria Bester e Maria Ivonete Barbosa Tamboril, tendo a sessão sido presidida pelo também Conselheiro e Presidente do CNPCP, Herbert Carneiro.

Foram realizadas as seguintes reuniões e inspeções nas cidades de Rio Branco e de Cruzeiro do Sul, conforme relatos detalhados na sequência.

1. URF-01/RB – UNIDADE DE REGIME FECHADO 1, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

Data: 29/02/2012 – à tarde.

Endereço: Complexo Penitenciário de Rio Branco, Estrada do Barro Vermelho, KM 3.

Capacidade: 300 vagas.

Lotação: 1.187 presos (vide COMUNICADO 854/2012, indicando a contagem do efetivo da Unidade, com pequena variação – **ANEXO 3**).

Destinação: masculino fechado.

Diretora: Jandira Maria Bandeira – Formação: Assistente Social, há quatro anos no sistema e há 9 meses no cargo. Antes fora, por dois anos, Coordenadora Técnica.

Coordenador de Segurança: Marcelo Lopes da Silva, agente penitenciário.

Condições Gerais do Estabelecimento

Estrutura Predial regular, eis que os prédios são de 1983 e poucos foram reformados até o momento. As celas têm pouca aeração, em estado regular de ventilação, pois são muito abafadas e faz muito calor. Assim, o condicionamento térmico é regular, embora tenha pé direito alto.

Esta Unidade fica dentro do chamado Complexo Penitenciário de Rio Branco, que tem ao todo quatro unidades penais e no total 2.881 pessoas presas.

A Unidade é composta por 6 Alojamentos, contendo celas individuais (31) e coletivas (107).

O Alojamento 01 é o do seguro, para presos que cometeram crimes sexuais (contra a honra) e os alcaguetes. Há também duas celas cujas portas estão do lado de fora, e que são “o seguro do seguro”. É o único prédio que nunca foi reformado, o mais sujo, de longe o pior de todos. Deste Alojamento, 14 presos trabalham na limpeza e na construção, segundo critérios de comportamento, antiguidade e socioeconômico.

O Alojamento 02 destina-se aos presos que têm melhor comportamento. Eles participam de cursos de teatro, de canto coral e de estudo bíblico, e ainda recebem mais banho de sol que os demais (até em dias de visitas). Nesta ala tem em torno de 4 a 5 por cela.

O Alojamento 03 é para a Triagem, ficando ali até o futuro deslocamento para um outro Alojamento. Há muitos presos neste espaço.

Os últimos 3 pavilhões são para os ditos presos “normais”, mas não são distribuídos por delitos, cuja separação, diz a Direção que não consegue realizar em função da superlotação. Cada Alojamento destes têm, em média, 240 presos.

O Alojamento 5 foi reformado em dezembro de 2011, pelos próprios presos.

Há um muro com grafites que foram pintados pelos presos.

Existe cela para idosos, evangélicos, e não fumantes em cada pavilhão. Entre os presos há um doente mental, um indígena, 15 estrangeiros, e um deficiente físico, sendo que não há acessibilidade para ele no local.

Não há cama para todos os presos.

Não há distribuição de uniformes, nem de roupas de camas, nem de toalhas.

A Diretora informou que a Unidade Penal de Senador Guiomard, em um município vizinho, que está prestes a ser inaugurada, com recursos federais, terá 588 novas vagas, para presos com idade entre 18 a 29 anos, justamente o perfil da população carcerária desta sua Unidade, e que então poderá esvaziar um pouco esta superlotação.

Instalações Hidráulicas e Fornecimento de Água

Há muitas infiltrações no Alojamento 01, como foi dito acima, de longe o pior de todos em todos os sentidos.

Não falta água, pois caminhões pipa abastecem 3 caixas de água por alojamento, diariamente, na parte da manhã, com água potável para beber. A água do banho e para lavar roupas e privadas é a das celas.

Em todos os Alojamentos há um *freezer* que os presos mesmos compraram, cotizando-se, para ter água gelada. Neles há muitas garrafas plásticas pet com água potável, que são permanentemente substituídas por outras e levadas às celas pelos dois presos que ficam cuidando da limpeza.

A condição dos chuveiros e sanitários é ruim; todos os vasos sanitários são tipo “boi” (buraco no solo) e nenhuma cela tem chuveiro (os banhos são à base de baldes).

Instalações elétricas

São ruins, havendo muitas antenas instaladas pelos próprios presos nas janelas; a fiação elétrica é antiga, apresentando fios expostos, com risco de incêndios.

Há 12 extintores de incêndio distribuídos pela Unidade.

Higiene Pessoal e Ambiental

Há distribuição de artigos de higiene pessoal e realização de palestras educativas.

Em cada Alojamento há três faxineiros responsáveis pela limpeza dos corredores, por estender as roupas dos demais na área externa, e para fazer a distribuição das marmitas e de garrafas d'água potável e gelada para as celas. Este sistema funciona muito bem, estando tudo muito limpo, sem mau cheiro, com lixeiras afixadas nas grades das celas ao longo dos corredores. As Conselheiras reputam essa higiene ambiental aos méritos da Diretora Jandira.

Alimentação e Condição Geral da Cozinha

A comida é terceirizada, feita no próprio Complexo, em uma grande cozinha industrial, pela Empresa Tapiri Ind. e Com. Alimentícios. Quem responde pela alimentação é o Sr. Coracy Lopes – Gerente de Produção, que foi por nós entrevistado. Embora alguns presos tenham reclamado de o cardápio ser repetitivo, sempre com frango, as Conselheiras viram que isso não é verdade, havendo variedade de alimentos (Cardápio em **ANEXO 4**). Servem refrigerantes uma vez ao mês.

Ao todo trabalham na cozinha 8 funcionários da empresa e 45 presos, sendo que na época de nossa Inspeção havia um incremento considerável de refeições diárias produzidas ali, para serem levadas aos "alagados" da enchente que então assolava o Estado do Acre, cujo cardápio aos desabrigados também segue apenso a este Relatório (**ANEXO 5**). A mais, eram produzidas 3.150 marmitas, por dia.

O café da manhã é servido por outra empresa. A cozinha é limpa e as marmitas são esterilizadas. Há câmaras frias na cozinha, um forno alemão para assados feitos na hora, e sempre é servida uma salada.

Não há frutas no cardápio, pois, segundo a Diretora, os presos elaboram bebidas alcoólicas artesanais com elas.

Não há cardápio diferenciado para doentes nem para os convalescentes de cirurgias.

Segurança e Alojamento dos Agentes Penitenciários

Faltam agentes penitenciários, sendo que o último concurso foi em 2008, mas de lá para cá muitos servidores já pediram exoneração. O salário não é muito atrativo (R$ 2.160,00 iniciais, valor bruto, sem titulação, igual para Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros e Agentes Penitenciários).

A Diretora Jandira explicou que em 29 de fevereiro de 2012 houve a posse de 66 novos agentes penitenciários, ainda do Concurso de 2008, sendo que 22 virão para a sua Unidade, URF-1, porém ela havia solicitado 75, então seguirá com déficit.

A Unidade conta com 125 servidores ao todo, incluindo a equipe técnica, e alguns agentes penitenciários também acabam fazendo serviços administrativos.

A impressão sobre o alojamento dos agentes é ruim, sendo um espaço muito pequeno, com infiltrações e fiações expostas, havendo apenas uma cama beliche para 4 agentes.

A segurança interna é realizada por agente de segurança penitenciária, a segurança externa e a escolta externa são realizadas por policias militares e por agentes de segurança penitenciária.

Nos últimos seis meses foram encontradas substâncias tóxicas com os visitantes, e a Diretora informa no preenchimento do seu Formulário (ANEXO 1) que não só entram drogas aos presos pelos visitantes, mas também pelos próprios servidores do sistema.

Execução Penal – Atendimentos Jurídico e Social

Existe atendimento social, sendo cinco os profissionais da Assistência Social por Alojamento e um Psicólogo para a Unidade. Há atendimento religioso.

Há atendimento jurídico prestado pela própria Unidade URF1, sendo elogiosa a atuação do Advogado, Sr. Wagner Ramos Gomes, Coordenador de Execução Penal desde 15/08/2007, concursado para tal, e sua equipe funciona bem, inclusive acompanhando as faltas disciplinares dos custodiados. Cada preso possui sua ficha técnica e processual. As Conselheiras verificaram algumas pastas processuais dos presos e estavam adequadas quanto a guias de recolhimento, por exemplo. No entanto, o salário inicial líquido para tal posto, de aproximadamente R$ 2.600,00 para 40h, não atrai os profissionais para as outras Unidades, que não contam com este serviço.

O Advogado Wagner Gomes informou que há duas IES conveniadas para estágio de seus estudantes do curso de Direito na Unidade, a UNINORTE e a FAAO, havendo atualmente 6 estagiários dessas Instituições na URF-1.

Segundo os presos, os membros da Defensoria Pública não aparecem na Unidade.

A visita a esta Unidade foi acompanhada por um integrante do Conselho Penitenciário do Estado e também representante da OAB, Sr. Mauro Marcelino Albano, que admitiu que a atuação deste Conselho é fraca, sendo muito difícil os Conselheiros reunirem-se. Disse também que o próprio Diretor do IAPEN é um dos integrantes do Conselho Penitenciário.

Segundo o Dr. Wagner Gomes, a Dra. Luana Campos, Juíza da VEP, visita a Unidade a cada dois meses, sendo que a Juíza anterior acumulava a Central de Penas Alternativas e a VEP. Disse também que a Promotora das Execuções Penais, Dra. Joana D´Arc, vai menos à Unidade, mas envia seus assessores.

Sanções Disciplinares e Celas de Isolamento

Os tipos de sanções disciplinares aplicadas são isolamentos preventivos, determinados pela Diretora, ou após sindicâncias homologadas pela Juíza da VEP.

A Cela de isolamento é regular, com piso danificado, contendo só um cama de cimento (“pedra”), sendo que os outros presos, em média mais três, dormem no chão, em colchões finos e ruins. A instalação sanitária também é ruim. Não têm lâmpadas (os presos tiram-nas). Os banhos são só à base de baldes.

Banho de Sol

Dá-se três vezes na semana, com duração de 2 horas, alternando, de manhã vai um pavilhão e à tarde outro. Não há agentes suficientes para a segurança no banho de sol.

Não há nenhum toldo ou outro tipo de cobertura, no interior da Unidade, que possa amainar um pouco o sol e o calor aos visitantes sociais e familiares, assim como proteger da chuva para que os presos possam sair das celas na temporada desta, que na região Norte do Brasil dura em média 6 meses.

Visita Familiar, Social e Íntima

As visitas íntimas são realizadas nas próprias celas, todas as quartas-feiras, ocasião em que os colegas de cela que não as estiverem recebendo vão ao pátio de sol. Não tem espaço próprio para a visita íntima, mas há projeto para tal.

Há distribuição de preservativos.

Os familiares podem trazer alimentos para os presos, o que, segundo a Enfermeira Ana, piora o quadro de alguns doentes, como os diabéticos.

Atividades de Ensino

Há um Pavilhão que foi reformado para salas de aula e atendimentos sociais, tendo sido feita uma ampliação. Tem 60 vagas desde 2009, quando inauguraram o “PROJOVEM URBANO – Programa Nacional de Inclusão de Jovens”. Há mais outro espaço (Oca) com vagas para 120 alunos, onde funciona uma escola estadual autônoma. A oca do meio é a biblioteca, e as 2 do canto são salas de aula. Há um pedagogo para toda Unidade. Só podem retirar livros da biblioteca os presos que estão estudando. A Diretora explicou que antes passava um carrinho pelas carceragens, com livros para serem retirados pelos presos, mas que este esquema deixou de funcionar por falta de servidores.

O ensino médio iniciará no dia 5/03/2012, pela primeira vez na Unidade, com 35 alunos. O ensino fundamental tem 80 alunos (alfabetização) – EJA.

Saúde

No dia da visita um preso falou que estava com suspeita de dengue na cela 6 do Alojamento H (usam também uma antiga identificação, por letras). Foi solicitada pela equipe do CNPCP a sua imediata remoção da cela para fazer o teste, que deu positivo, com subsequente recebimento de medicação adequada.

A Unidade de Saúde conta com 2 dentistas (um à tarde, de 14 às 18 horas) e o outro à noite, das 18 às 21 horas. Tem também dois médicos clínicos gerais (um à tarde e outro à noite, 2 vezes por semana).

Há um Psiquiatra, que atende 2 vezes por semana.

Há também um terceiro médico, cumpridor de pena alternativa, sendo, portanto, transitório em seu mister na Unidade.

Os profissionais da Saúde oferecem palestras educativas e preventivas para os presos.

O foco principal é a tuberculose. Quando há a descoberta de tuberculose, a equipe de saúde faz a triagem em toda a Ala para averiguar se há mais alguém com a doença. Na verdade o que agiliza o diagnóstico da doença é o auxílio de um preso, o Sr. Francisco, que é Técnico em Laboratório e Baciloscopia.

A equipe da Unidade informou que o IAPEN já solicitou a contratação de mais profissionais de saúde para o sistema.

Há uma sala de fisioterapia, que está funcionando.

As Conselheiras entrevistaram a Sra. Ingrid, Coordenadora da Área da Saúde do Complexo há quatro meses, e a Sra. Ana Maria Barbosa, a única enfermeira para todo o Complexo (2.881 pessoas presas!), com jornada de trabalho de 40 horas semanais (atendendo tardes e noites, sendo que nas manhãs conta com o auxílio de 3 técnicos em Enfermagem). As Conselheiras também visitaram todo o ambiente da área da Saúde, que é para o Complexo inteiro, constatando que dados de janeiro de 2012 demonstravam haver 26 presos em tratamento por tuberculose, 8 por diabetes, 52 por hipertensão, 7 por HIV, 13 por hepatites e 4 por hanseníase. Anexo a este Relatório consta o “Relatório da Unidade de Saúde do Complexo Penitenciário de Rio Branco” (**ANEXO 6**), com todos os atendimentos e tratamentos por Unidade Prisional.

Desde 2007 o Estado está no Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional, mas as Conselheiras registram o descumprimento da Portaria 1.777, dos Ministérios

da Saúde e da Justiça, pois o Complexo deveria ter cadastradas 6 equipes de Saúde, e só o tem duas, e isto porque o horário da única Enfermeira foi duplicado para tal.

2. URFF – UNIDADE DE REGIME FECHADO FEMININO, MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

Data: 01/03/2012
Endereço: Complexo Penitenciário de Rio Branco – Estrado Barro Vermelho
Capacidade: 131
Lotação: 201
Destinação: Fechado e Semiaberto
Diretora: Madalena Ferreira da Silva – Formação: Assistente Social.

Condições Gerais do Estabelecimento

Estrutura Predial boa. O prédio foi todo reformado em função de uma rebelião que aconteceu em 2011, onde as presas atearam fogo nas dependências do pavilhão. Celas com aerações regular, muito abafadas, muito calor.

Condicionamento térmico regular, apesar de pé direito alto o calor é intenso.

Camas insuficientes para todas as presas.

Não há distribuição de uniformes, nem de roupas de camas e toalhas.

As presas reclamaram dos colchões que são muito finos e estão em péssimas condições. Segundo a Diretora, o Estado já está adquirindo novos colchões com maior espessura e que o processo licitatório já foi concluído e encontra-se em fase de entrega do material. Ela acredita que ainda no mês de fevereiro todo o processo estará concluído e os colchões distribuídos.

Nesta unidade uma cela é destinada para as presas provisórias.

Também em uma cela está montado o berçário.

Instalações Hidráulicas e Fornecimento de Água

Caminhões pipa abastecem 3 caixas de água por alojamento, diariamente. A água que bebem é a mesma do banho.

Na cela 9 está havendo um problema (o esgoto está voltando), e a cela está com odor ruim muito forte.

Higiene Pessoal e Ambiental

Há distribuição de artigos de higiene. Em cada pavilhão há duas faxineiras responsáveis pela limpeza e pela distribuição das marmitas para as celas. No dia da visita ainda não tinham recebido o kit higiene.

Alimentação e Condição Geral da Cozinha

As mesmas descritas no registro da URF 01.

Segurança e Alojamento das Agentes Penitenciárias

Agentes penitenciárias em número insuficiente, pois no quadro têm 80 agentes penitenciárias, mas o ideal seria 125. Na media o plantão é realizado por 12 agentes. A impressão sobre o alojamento das agentes é ruim, espaço muito pequeno, com infiltrações e fiações expostas apenas uma cama beliche para 4 agentes.

A segurança interna é realizada por agente de segurança penitenciária, a segurança externa e a escolta externa são realizadas por policias militares.

Execução Penal – Atendimentos Jurídico e Social

Há atendimentos psicológico e jurídico, mas segundo as presas a Defensoria não aparece no presídio. Mesmo existindo, tais serviços são muito precários.

Sanções Disciplinares e Celas de Isolamento

Os tipos de sanções disciplinares aplicadas são isolamentos preventivos determinados pela Diretora. A Cela de isolamento está em boas condições.

Banho de Sol

Diariamente, com duração de 2 horas.

Visita Familiar, Social e Íntima

As visitas íntimas são realizadas no interior das próprias celas todas as quartas-feiras. Já a visita familiar é realizada também nas celas e em uma cobertura improvisada no pátio destinado ao banho de sol. Os familiares podem trazer alimentos para as presas.

Atividades de ensino

As mesmas descritas no registro da URF 01.

Tem uma presa fazendo a catalogação dos livros que foram doados para a biblioteca.

No espaço do prédio tem uma sala de aula funcionando para EJA, com 20 presas estudando.

Saúde

As mesmas descritas no registro da URF 01.

Também foi dito pelas presas que os medicamentos distribuídos são insuficientes e que não existem atendimentos odontológico e ginecológico. Na ocasião as Conselheiras foram informadas que o atendimento odontológico foi suspenso porque um equipamento estragou e ainda não foi consertado. A previsão é que até o mês seguinte este equipamento esteja consertado.

Uma faixa de 68 presas toma medicamentos controlados; muitas apresentam sintomas de insônia e de ansiedade, e a Unidade está querendo fazer um projeto de yoga como alternativa de superação para esses sintomas.

O atendimento médico (clínico geral) é feito na quinta-feira à tarde e o psiquiátrico na terça-feira.

3. NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL FEMININO, DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL

Data: 01/03/2012, parte da tarde.
Endereço: Rua Alfredo Teles, 3280, Bairro Formoso, Município de Cruzeiro do Sul.
Capacidade: 36 vagas.
Lotação: 47 (95% dos casos são devidos ao tráfico de entorpecentes). Vejam-se detalhes no Relatório do Efetivo Carcerário desta Unidade, nesta data (**ANEXO 7**).
Destinação: feminino (para presas condenadas e provisórias).
Diretor: Marquiones dos Santos Moura – Formação: Pedagogo, no cargo há três meses.
Chefe de Segurança: Maria José de Oliveira Silva, no cargo há um ano e meio.

Nesta inspeção, como em todas de Cruzeiro do Sul, a equipe do CNPCP foi acompanhada pelo Promotor da VEP, Dr. Walter Teixeira Filho, há dois anos na Comarca e extremamente ativo na execução penal, sendo que ele também cumula a 2ª Vara Criminal mais a Justiça Eleitoral, assim como pela Sra. Vera Lúcia, da VEP, e pela Sra. Marliz Mora, professora, integrante do Conselho da Comunidade e da Pastoral Carcerária de Cruzeiro do Sul, há 20 anos realizando este tipo de trabalho voluntário no sistema penitenciário.

De início chamou a atenção das Conselheiras do CNPCP a presença, ali, de 12 presas que são de Feijó e Tarauacá, municípios distantes em média 270 km de Cruzeiro do Sul, sendo que destas, apenas 2 são condenadas. Como é muito longe, suas famílias não as visitam, pela condição econômica. Elas reivindicaram serem transferidas para Feijó.

Outro fato que surpreendeu negativamente à equipe do CNPCP foi a Direção de uma Unidade feminina ser ocupada por um homem, ainda mais que este mesmo Diretor cumula a direção de três Unidades, o que por si só é contraproducente, sem falar que as idiossincrasias femininas possivelmente seriam melhor compreendidas por uma Diretora mulher.

Condições Gerais do Estabelecimento

A estrutura predial é regular, pois trata-se de uma casa, que antes era um consultório medico público para atendimento psicossocial, e que foi alugada e adaptada pelo Estado para receber as presas mulheres, há dois anos. Assim, há 04 celas, sendo uma destinada ao corretivo, duas para as presas sentenciadas e com prisões provisórias, e um berçário.

A Direção informou que a nova Unidade feminina está na planta, mas não mostrou este documento às Conselheiras.

Tem 4 ventiladores por cela e as janelas são grandes, havendo ainda, na frente das celas, dois grandes pés de ficus, o que proporciona sombra e uma certa ventilação.

Instalações Hidráulica e Elétrica

No dia da visita o vaso sanitário da sala de artesanato estava com problemas, largando a descarga pelo piso. As presas também disseram haver uma goteira sobre a cama beliche da cela nº 01.

A água é de poço artesiano. Há dois meses foram identificados coliformes fecais na água de beber, isto porque a caixa de água fica descoberta e os urubus sentam em seu contorno e defecam dentro da água. A Direção disse que este problema já foi sanado com cloro, mas as presas reclamaram que foi posto tanto cloro que ficou insuportável beber aquela água, e ela começaram a ter problemas de estômago por causa desse excesso de cloro.

Há uma TV em cada cela, com antena.

Só há 2 extintores de incêndio no prédio todo (um de pó químico; outro de H2O).

Higiene

Não há distribuição de uniformes, nem de roupas de cama, nem de toalhas, mas sim de absorventes íntimos e preservativos, assim como de artigos de higiene para as presas.

Em cada cela há duas faxineiras responsáveis pela limpeza e distribuição das marmitas. As celas são bem limpas.

Todas as presas reclamaram do mau cheiro em dias de chuva, assim como de o papel higiênico dá muita coceira na pele.

Há a necessidade de a vigilância sanitária ir ao local para averiguar a questão da higiene.

Alimentação

A alimentação é fornecida por uma empresa terceirizada, a mesma das unidades penais masculinas de Cruzeiro do Sul, mas a equipe do CNPCP não pôde visitar a cozinha, pois fica fora das Unidades. As presas reclamaram da repetição dos itens do cardápio, dizendo também que às vezes a linguiça vem estragada, com pedaços de luva e cabelos.

A presa Evanilda Rodrigues Dias, do “berçário”, foi recentemente operada de apendicite e de cisto, e ainda estava com os pontos, inflamados, e gostaria de ter uma comida diferenciada nesse período de convalescença, como sopa ou mingau.

Segurança, Condições de Trabalho das Agentes e Disciplina

O serviço de segurança interna é realizado por agentes de segurança penitenciária mulheres; a segurança externa e a escolta externa são realizadas por policias militares, com o auxílio de agentes penitenciárias.

No entanto, faltam agentes penitenciárias, tanto para fazer o acompanhamento das presas ao médico, quanto para fazer a escolta e a segurança do professor, por exemplo, motivo que está deixando as presas sem aulas.

São apenas 18 agentes no total, distribuídas em quatro guarnições.

As presas reclamam que são obrigadas a dormir às 23h, evidenciando uma disciplina excessiva.

Execução Penal - Atendimentos Jurídico e Social

O Promotor da VEP, Dr. Walter Teixeira – de elogiosa atuação –, realiza audiência ali de 15 em 15 dias e semanalmente faz acompanhamento processual e

visita à Unidade. Ele informou que o Defensor Público, Dr. Celso Araújo, fazia isso também, mas que há 9 meses foi transferido para Rio Branco e atualmente o atendimento da Defensoria Pública em Cruzeiro do Sul é bastante deficitário na execução penal, isto porque falta quadro de pessoal, havendo apenas uma Defensora para cobrir toda a região do Vale do Rio Purus – em torno de oito municípios -, e para todos os assuntos, não sendo exclusiva da execução penal.

Não há parlatório.

As Conselheiras entrevistaram as Assistentes Sociais Deyse Jane Januário e Naiana Neves, há quatro anos trabalhando ali.

A Pastoral Carcerária é muito presente no atendimento social, religioso e até material.

Alojamento das Agentes Penitenciárias

É um pequeno quarto, não exclusivo enquanto alojamento, servindo também como farmácia, sala de revista íntima feminina, atendimento médico e psicológico, para os encontros das presas com seus advogados e ainda como dormitório do policial militar que cuida da guarita. Isto demonstra o improviso por si só.

Banho de Sol

Dá-se três vezes na semana (às segundas, quartas e sextas-feiras), com duração de uma hora cada vez, mas poderia ser mais vezes e por mais tempo, pois há um pátio grande e o número de presas não é tão elevado, apesar de faltarem agentes.

Visita Familiar e Visita Íntima

As visitas íntimas são realizadas nas próprias celas, todas as quartas-feiras. Os familiares podem trazer alimentos para as presas.

Há apenas um caso de visita íntima homossexual.

O Promotor de Justiça, Dr. Walter, informou ao CNPCP que até as crianças entram nas celas em tais dias, e que ele já deu ciência dessa situação ao Diretor do IAPEN e a seus superiores do Ministério Público. A Sra. Maria José, Chefe de

Segurança, disse que as menores de 2 anos não entram nas celas, pois ficam com as assistentes sociais, já as maiores de dois anos entram desde que tenham autorização judicial para tal.

Na verdade o Promotor informou às Conselheiras que já fez um TAC sobre esta situação das crianças e também sobre o caso de três presos doentes mentais, que ficam misturados aos demais não doentes, nas duas Unidades masculinas de Cruzeiro do Sul, sem tratamento algum, sendo que um deles está lá há dezenove anos, e outro é preso provisório! Explicou que há somente um CAPS para toda a região do Vale do Rio Purus, então certamente deve faltar psiquiatra e equipe até mesmo para a população livre.

Todas as presas reclamaram que a ficha para cadastro de novo visitante só passa de 6 em 6 meses, gerando o problema de que muitos parentes vêm de longa distância para vê-las e prestar-lhe auxílio material e não conseguem entrar na Unidade. Isto deve-se à Portaria do IAPEN Nº 734/11, de 15 de setembro de 2011 (**ANEXO 8**), que além de dificultar o ingresso de outro nome de visitante em substituição, na lista dos 8 nomes, também impede que preso que tenha esposa ou companheira presa, ou vice-versa, tenha visita íntima, o que é muito abusivo por parte da Direção do IAPEN.

Saúde

Não há nenhum centro médico na Unidade; assim, quando uma presa estiver passando mal há necessidade de sair-se da casa em busca de atendimento na rede pública de saúde. Ocorre que faltam agentes penitenciárias para acompanharem as presas em tais emergências e até mesmo nas consultas previamente agendadas no sistema único de saúde.

Há apenas um médico para atender as três Unidades penais de Cruzeiro do Sul, sendo que nesta, ele vem uma única vez ao mês, para atender 20 presas a cada vinda sua.

Há uma gestante com 4 meses de gravidez.

Todas as presas necessitam de exame de verminoses, em função do período em que ingeriram água contaminada. Aliás, frise-se que esta possível grave ocorrência de crime contra a saúde pública – tipificado no art. 271 do Código Penal Brasileiro, pois, segundo os relatos das presas do Núcleo Penal Feminino de

Cruzeiro do Sul há a suspeita de que teria havido “corrupção ou poluição de água potável, de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para consumo ou nociva à saúde” – deve ser investigada pela Polícia, ainda que o problema tenha sido sanado, até porque, na resolução do problema, possivelmente o mesmo crime tenha se repetido, tendo as presas que beberem não mais a água com coliformes fecais de urubus, mas sim com excesso de cloro.

Há duas técnicas de enfermagem com permanência de três horas diárias na Unidade.

As presas disseram não ter atendimento odontológico.

A unidade ficou um ano sem psicóloga; reiniciou o atendimento no início de fevereiro de 2012, duas vezes na semana, no período da manhã.

Não há psiquiatra em nenhuma Unidade do município. No entanto, chamou a atenção das Conselheiras o fato de que 8 presas, entre 47, tomam medicamento controlado, sendo os mais comuns “Haloperidol” e “Amitriptilina”.

Não há nenhuma presa diagnosticada com aids, tuberculose ou doença mental.

Há muita doença de pele e cefaleias, pelo calor e umidade excessivos.

Trabalho

A Sala Multiuso (para artesanato, costura, aulas etc.) e sua oficina de corte de costura foi montada com muito custo pela Pastoral Carcerária, pelo Ministério Público, pelo Poder Judiciário e pelo Conselho da Comunidade. Nela 12 presas costuram. É a única atividade laboral interna que o CNPCP encontrou, além de duas presas que trabalham na faxina do estabelecimento. O Promotor relatou que, apesar do esforço que tais entidades tiveram para montar tal sala multiuso, comprando as máquinas de costura, os tecidos, as linhas etc., nota-se uma inoperância muito grande por parte da Direção da Unidade, que às vezes leva mais de 15 dias para substituir uma simples agulha de costura quebrada.

A Direção disse que 5 presas têm trabalho externo.

Estudo

Muitas presas querem estudar, mas não têm possibilidade pela falta de escolta, ou seja, efetivo para acompanhar o docente.

Não há biblioteca, mas já arrecadaram os livros, os quais, por não ter espaço na Unidade, estão custodiados na casa de um funcionário.

Há uma pedagoga para as três Unidades penais de Cruzeiro do Sul, a Sra. Vanila Pinheiro. A Direção disse que 14 presas estudam na Alfabetização, mas as presas e o próprio Promotor atestaram que as aulas estavam interrompidas, pela falta de escolta ao professor.

4. PENITENCIÁRIA MANOEL NÉRI DA SILVA, MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL

Data: 02/03/2012, parte da manhã.
Endereço: Estrada do Divisor km 10, Bairro Formoso.
Capacidade: 112 vagas.
Lotação: 376 (vide Relatório do Efetivo Carcerário, de 02/03/2012 – **ANEXO 9**)
Destinação: Masculino (Fechado e Provisório).
Diretor: Marquiones Dos Santos Moura – Formação: Pedagogo.
Coordenador de Segurança: agente penitenciário Clinger Magalhães de Souza, desde novembro de 2010 no posto. Antes era Chefe de Equipe (chefe de plantão). Atualmente também chefia a Área de Segurança da Penitenciária Guimarães Lima, que fica em área contínua a esta.

Condições Gerais do Estabelecimento

A Unidade possui um prédio de 2001, com 04 pavilhões (B, C, D e E), com 14 celas cada um, e com 04 celas destinadas ao cumprimento de sanção disciplinar. Nos pavilhões B e C estão os presos provisórios, ao todo 195 no dia da visita. A Direção diz que a Penitenciária Guimarães Lima é o pavilhão “A”, mas na verdade é uma outra Unidade penal, em espaço próximo ao desta.

Alguns presos disseram que há muitos estrangeiros presos que já têm “a expulsão decidida”, mas não são levados porque lhes faltam documentos.

As celas apresentam aeração regular, sendo muito abafadas, e lá faz muito calor. Assim, o condicionamento térmico é regular, e o pé direito não é muito alto.

Não há cama para todos os presos, nem distribuição de uniformes, de roupas de cama ou de toalhas.

Instalações Hidráulica e Elétrica

As instalações são regulares, devido à falta de manutenção e à superlotação. Há um buraco no meio da cela 01 (pavilhão B), que exala um odor ruim, e outro na cela 12. Há muitas gambiarras na fiação elétrica.

Não existe extintor de incêndio em nenhum dos pavilhões.

A água que os presos bebem não é gelada, como o é na URF1, de Rio Branco.

Higiene e Limpeza

Há distribuição de artigos de higiene, e em cada pavilhão há dois faxineiros responsáveis pela limpeza e distribuição das marmitas aos colegas. As celas têm mau cheiro, pois é muito abafado e superlotado.

A água só é liberada três vezes ao dia e tem limitação de 20 minutos para o banho, que é tomado com baldes, havendo só um balde para 8 internos.

O sistema de esgoto é péssimo, com fossas abertas e exalando fortíssimo mau cheiro bem perto das 4 celas do isolamento. No momento da visita chovia e então esse cheiro se fazia ainda pior.

Alimentação

E. Magalhães é a Empresa terceirizada que fornece a alimentação para as três unidades penais de Cruzeiro do Sul, e os presos reclamam muito da qualidade da comida. Diferentemente do Complexo Penal de Rio Branco, aqui há muito mais reclamação quanto à comida, e a equipe do CNPCP não pôde visitar as instalações da cozinha, pois ela fica fora das unidades.

Segurança, Disciplina e Sanções Disciplinares

Como em todas as outras Unidades visitadas, também nesta faltam agentes penitenciários. O Chefe de Segurança informou que conta com 83 agentes penitenciários apenas, divididos em 4 equipes, para um contingente de 545 presos ao total (considerando também os da Unidade Guimarães Lima), e que há 60 no

cadastro de reserva para esta região, que, se fossem chamados, amenizaria bem a situação.

A segurança interna é realizada por agente de segurança penitenciária, a segurança externa e a escolta externa são realizadas por policias militares, com auxílio dos agentes penitenciários.

Fato grave é o de que são os dois faxineiros de cada pavilhão que abrem as celas e recolhem os colegas no retorno do banho de sol, ou de qualquer outra atividade, sendo que os agentes penitenciários dizem que simplesmente não entram nos pavilhões por “falta de segurança”. A última rebelião foi em 2007.

Os tipos de sanções disciplinares aplicadas são trocar de cela sem autorização, por 3 dias, levando os presos para a cela de isolamento. O máximo de aplicação é 10 dias no preventivo, e após a apuração dos fatos, 30 dias. No entanto, os presos reclamam muito de que há uma grande inoperância por parte da Direção no que se refere às sindicâncias internas ou processos para sanções disciplinares, que simplesmente levam anos e depois são arquivados. O Diretor Marquiones, indagado pelas Conselheiras a respeito, confirmou que ao assumir o posto, há dois meses, arquivou todos os processos anteriores abertos, mesmo sem estarem finalizados, por falta de pessoal.

O preso José Airton da Rocha Lima, cela 01 do pavilhão D, foi um dos que reclamou concretamente às Conselheiras no dia da inspeção, e a Sra. Vera Lúcia, da VEP, confirmou que este problema é recorrente e que a Direção arquiva tais feitos sem os finalizar, muitas vezes após dois anos, o que impede ou dificulta a realização da Audiência de Justificação por parte da Juíza de Direito, Dra. Andréa Silva Brito.

Execução Penal - Atendimento Jurídico

O Promotor da VEP, Dr. Walter Teixeira, realiza audiência de 15 em 15 dias e semanalmente visita a Unidade e faz acompanhamento processual. A Defensoria Pública é ausente. A VEP/Poder Judiciário e a Pastoral Carcerária são muito atuantes.

Saúde

As Conselheiras entrevistaram uma Psicóloga, Sra. Jaqueline de Oliveira Nunes, atuando há apenas um mês na Unidade, que foi o único profissional da área presente no momento. Disse ela que a demanda por atendimento psicológico é muito grande e que 30% da população carcerária total ingere ansiolíticos, e outros 20% consomem antidepressivos.

Pôde-se verificar que o atendimento psicológico e a farmácia estão sediados dentro do consultório odontológico.

No mais, o que se detectou foi que o atendimento à saúde dos presos é muito precário.

Alojamento dos Agentes Penitenciários

Existe uma polêmica quanto ao alojamento, eis que foi construído com o dinheiro da própria Unidade, na verdade daquele proveniente da venda de produtos da fábrica de farinha, da horta, e da pocilga, cujos gêneros alimentícios são vendidos à própria empresa terceirizada que fornece a alimentação às Unidades de Cruzeiro do Sul. Ocorre que quem organizou estas atividades laborais e econômicas foi a Pastoral Carcerária, notadamente a horta, que inclusive leva o nome da Irmã Dila, e esta anda desanimada com tal atitude da Direção, que não destina nada do dinheiro arrecadado à Pastoral, que poderia reinvestir nessas atividades produtivas, como comprar as sementes e os utensílios para a lida na horta.

O Sr. Clinger de Souza disse às Conselheiras que no prédio novo, construído para 112 vagas, prestes a ser inaugurado, e visitado pela equipe do CNPCP nesta mesma manhã, eis que fica ao lado, foi pensado em tudo para os presos, mas “nada para os agentes” em termos de alojamento.

Banho de Sol

É realizado duas vezes na semana, com duração de uma hora e 30 minutos, sendo que os presos ficam algemados.

Visita Familiar e Visita Íntima

As visitas íntimas são realizadas nas próprias celas, todas as quartas-feiras.

Os familiares podem trazer alimentos para os presos.

Nos últimos 6 meses foram encontradas substancias tóxicas com os visitantes.

Nesta Unidade também houve queixas dos presos quanto à ordem da Direção para que a Lista de visitantes só possa inserir novos nomes de 6 em 6 meses, sendo que antes isto era mensal.

Ensino

Existe uma sala de aula improvisada, fora das duas Unidades masculinas, que são contíguas, sendo uma construção de madeira, sem forro e com falta de segurança. Em 2011 esta “escolinha” encerrou o ano com uma turma de 6 alunos, e outra de 9. Apenas 15 alunos estudando em um universo de 545 presos é um índice muito baixo, sendo que para 2012 matricularam apenas mais 15 alunos (alfabetização e fundamental). Não tem ensino médio.

Trabalho

Na Cela 01 do pavilhão D há quatro presos que dizem que nunca tiveram oportunidade para trabalhar, apesar de terem bom comportamento.

A marcenaria está ativa, mas com apenas 6 presos trabalhando.

O que se verificou é que poucos presos trabalham, e o motivo alegado pela Direção é o da falta de agentes para levá-los aos locais de trabalho, que ficam em um pátio do lado de fora da Unidade, existindo lá uma fábrica de velas, uma pocilga, uma marcenaria, a horta e a fábrica de farinha, tudo organizado e implantado com o apoio fundamental da equipe da Pastoral Carcerária local.

Casos específicos

As Conselheiras receberam queixas e solicitações de alguns presos em especial, os quais foram verificados um a um, inclusive nos prontuários e no sistema da Unidade. São eles:

. José Francisco de Oliveira informou que sua cadeia está vencida há 4 meses e está esperando o laudo da psicóloga. O Diretor explicou que ele estava no benefício (saída temporária) e como não retornou, foi recapturado por conta de um furto, mas também está sendo condenado por outro crime.

. Amarildo Felix de Negreiros disse que está aguardando a transferência do seu processo de Rio Branco para Cruzeiro do Sul, sendo que o Diretor vai verificar com a Amabili – Gerente de Controle de Execução Penal – para ver a situação desse processo.

. Odair Barbosa de Souza relatou que o nome da irmã não consta na lista de visitantes. Segundo o Diretor, Odair teria direito de listar 8 nomes na ficha de cadastro, mas só listou 4 nomes.

5. UNIDADE PENITENCIÁRIA GUIMARÃES LIMA – MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL

Data: 02/03/2012
Endereço: Estrada do Divisor km 10, Bairro Formoso.
Capacidade: 36
Lotação: 178
Destinação: masculino semiaberto, fechado, provisório e até prisão civil.
Diretor: Marquiones Dos Santos Moura – Formação: Pedagogia.

Condições Gerais do Estabelecimento

A unidade possui um pavilhão com 17 celas.

Na Cela 04 está preso um ex-militar do Exército, e na Cela 09 estão presos 4 indígenas, separados dos demais presos (3 deles por terem estuprado uma adolescente branca, que teria sido levada por eles para dentro da aldeia).

O condicionamento térmico é ruim, pois faz muito calor.

Não há cama e nem colchões para todos os presos e mesmo se tivesse colchões, dada a superlotação ficaria impossível todos os receberem e os colocarem deitados sobre o piso.

Não há distribuição de uniformes, nem de roupas de cama ou de toalhas.

As condições do prédio são extremamente precárias, paredes sujas, teto ameaçado de cair, piso sujo, esburacado, com mau cheiro. O prédio tem mais de 30 anos e não há sinais de nenhuma manutenção que tenha sido feita nesta Unidade.

Dada estas condições, a juíza da VEP solicitou a interdição do prédio e a imediata transferência dos presos, no que foi acompanhada pelo Promotor de Justiça, que também elaborou um TAC quanto a isso.

Higiene

Há distribuição de artigos de higiene e segundo os presos os sabonetes são entregues a cada 15 ou 20 dias.

Alimentação

A alimentação é terceirizada e os presos reclamaram da comida, por não ter variedade. Como é produzida fora do local, não foi possível verificar isso *in loco*. A representante da Pastoral Carcerária, que acompanhou a visita, informou que antes existia ali uma cozinha organizada pela Pastoral Carcerária e a comida era feita pelos próprios presos, mantendo em média 22 homens trabalhando. Esta cozinha foi desativada em 2011 e os maquinários continuam ainda no mesmo recinto onde ela funcionava, sem uma destinação.

Segurança, Disciplina e Alojamento dos Agentes

A segurança é precária dada a pouca quantidade de agentes penitenciários.

Nos últimos 6 meses foram encontradas substancias tóxicas com os visitantes. Os tipos de sanções disciplinares aplicadas são a troca de cela sem autorização, por 3 dias, levando os presos para a cela de isolamento. Maximo de dias aplicados: 10 no preventivo e, após apuração dos fatos, 30 dias. As Conselheiras puderam ver que no Seguro são 3 celas com 15 presos casa, os quais afirmaram que nunca saem dali para nada, nem mesmo para celebrações religiosas, isto porque a Direção diz que são perigosos. A Sra. Marli, da Pastoral Carcerária então disse que se eles fossem tão perigosos assim não ficariam em uma Unidade como estas, caindo aos pedaços.

A impressão sobre o alojamento dos agentes é ruim, pois é uma sala improvisada.

A segurança interna é realizada por agente de segurança da penitenciária, a segurança externa e a escolta externa são realizadas por policias militares.

Execução Penal - Atendimento Jurídico

O Promotor das execuções penais realiza audiência de 15 em 15 dias e semanalmente ele faz acompanhamento processual. A equipe da VEP é também bastante ativa. A Defensoria Pública é ausente.

Banho de Sol

Dá-se duas vezes na semana com duração de 1 hora, realizada em um “cercado” improvisado com arame liso preso a postes de madeira, sendo que até bem pouco tempo o arame era farpado. Com a reclamação da Pastoral é que foi substituído por outro, apenas em outubro de 2011.

Visita Familiar, Social e Íntima

As visitas íntimas são realizadas nas próprias celas todas as quartas-feiras. Quem não recebe visita fica na cela também.

As visitas comuns são realizadas no domingo e os visitantes também são recebidos nas celas. Os familiares podem trazer alimentos para os presos.

Nesta Unidade houve uma reclamação concreta contra a Portaria do IAPEN Nº 734/11, de 15 de setembro de 2011 (**ANEXO 8**), pois na Cela 08 está o preso

Francisco James Alves da Silva, sendo que sua esposa, a Sra. Maria Luzeli Lima dos Santos, está presa na Unidade feminina de Cruzeiro do Sul e eles não estão tendo visita íntima há 8 meses, por impedimento do Diretor, apenas a visita social, podendo encontrarem-se somente a cada 2 meses, na Direção. Ambos são condenados, formam uma família (são casados, e têm filhos) e dizem ter bom comportamento.

Saúde

Segundo os presos, faltam remédios e o médico não comparece; há mais de um ano que os presos desta Unidade estão esperando por atendimento odontológico.

6. UNIDADE DE RECOLHIMENTO PROVISÓRIO DE RIO BRANCO

Data: 02/03/2012
Endereço: Estrado Barro Vermelho – KM 3.
Capacidade: 174
Lotação: 860
Destinação: Masculino – Provisório.
Diretor: Denis Leandro Picalo – Formação: Pedagogia.

Condições Gerais do Estabelecimento

Condições extremamente precárias, piso estragado, paredes sujas. A Direção disse haver previsão de reforma desta Unidade ainda para este ano.

Condicionamento térmico ruim e faz muito calor.

Não há cama e nem colchões para todos os presos.

Não há distribuição de uniformes, roupas de cama e toalhas.

Instalações Hidráulicas e Fornecimento de Água

As instalações hidráulicas são muito ruins e há vazamentos nas paredes, no teto. A distribuição de água é feita 2 vezes ao dia. A água de beber é distribuída em garrafas pet, nas celas, pelos faxineiros.

Instalações elétricas

As condições das instalações elétricas são precárias, o que acarreta risco maior de incêndio; não se viram extintores de incêndio no pavilhão visitado.

Higiene Pessoal e ambiental

Há distribuição de artigos de higiene. Em cada pavilhão tem um faxineiro responsável pela limpeza do corredor, pelo recolhimento do lixo, para fornecer água em garrafas pet nas celas e para entregar a comida. A limpeza no interior das celas é feita pelos próprios presos.

Alimentação e Condição Geral da Cozinha

As mesmas descritas no registro da URF 01.

Segurança, Disciplina e Alojamento dos Agentes Penitenciários

Nos últimos 6 meses foram encontradas substancias tóxicas com os visitantes. Os tipos de sanções disciplinares aplicadas são os corretivos nas celas de isolamento. O Maximo de dias aplicados é 20.

No dia da visita foi feita uma revista no pavilhão 6 e foram encontrados celulares e carregadores para estes.

Há previsão de reforma da unidade para este ano ainda.

A segurança é precária dada à quantidade de agentes penitenciários.

A segurança interna é realizada por agente de segurança penitenciária, a segurança externa e a escolta externa são realizadas por policias militares.

O alojamento é improvisado na entrada do pavilhão.

Banho de Sol

Duas vezes na semana com duração de 1 hora.

Visita Familiar, Social e Íntima

As visitas íntimas são realizadas nas próprias celas todas as quartas-feiras. Quem não recebe visita aguarda fora da cela.

Os familiares podem trazer alimentos para os presos.

Saúde

Aplicam-se as mesmas descrições feitas no registro da URF 01.

7 – UNIDADE DE RECOLHIMENTO SEMIABERTO 01, DE RIO BRANCO

Data: 02/03/2012
Endereço: Estrado Barro Vermelho, KM 3.
Capacidade: 213
Diretor: Denis Leandro Picalo – Formação: Pedagogia.

Condições Gerais do Estabelecimento

A estrutura do bloco de celas está muito ruim. Há 20 celas, em condições muito precárias, com grandes infiltrações, goteiras, rachaduras, além de serem muito quentes. Dadas essas condições, o pavilhão, que foi construído em 1981, será desativado para reforma.

Não há cama e nem colchões para todos os presos.

Não há distribuição de uniformes, de roupas de camas e de toalhas.

A capacidade das celas é para 6 presos, mas em média cada uma tem 16. No dia da visita, por exemplo, na cela 19 havia 23 presos.

Instalações Hidráulicas e fornecimento de água

Há muitas infiltrações nos alojamentos, sendo que na Cela 02, por exemplo, quando chove infiltra e alaga tudo, molhando colchões e travesseiros.

A condição dos chuveiros e sanitários é ruim, todos os vasos sanitários são tipo “boi” (buraco no solo) e nenhuma cela tem chuveiro (banhos só com baldes).

Instalações elétricas

As instalações elétricas são péssimas, havendo fiação exposta.

Higiene Pessoal e Ambiental

Há distribuição de artigos de higiene, e em cada pavilhão tem dois faxineiros responsáveis pela limpeza e distribuição das marmitas nas celas.

Alimentação e Condição Geral da Cozinha

As condições da alimentação são as mesmas descritas anteriormente no item respectivo da URF 01.

Segurança e alojamento dos agentes

Faltam agentes penitenciários. A segurança interna é realizada por agentes de segurança penitenciária, a segurança externa e a escolta externa são realizadas por policias militares.

Na entrada do pavilhão estão construindo, com recursos próprios, o alojamento dos agentes.

Banho de Sol

Uma vez por dia, com duração de duas horas.

Visita Familiar, Social e Íntima

As visitas íntimas são realizadas nas próprias celas todas as quartas-feiras. Os que não recebem visita vão para a área externa.

Também não há local adequado para visitas comuns. Os familiares podem trazer alimentos para os presos e são recebidos nas próprias celas e na parte externa do pavilhão, também usada para o banho de sol.

Saúde

Vale a mesma descrição feita supra, no registro da URF 01.

8. REUNIAO COM O PROMOTOR DE JUSTIÇA DAS EXECUÇÕES PENAIS DE CRUZEIRO DO SU L

Ainda no dia 1º de março as Conselheiras do CNPCP foram até a sede do Ministério Público na cidade de Cruzeiro do Sul, para uma reunião com o Promotor de Justiça da VEP, Sr. Walter Teixeira, com início às 18 horas. Estiveram presentes também a sua Assessora, Sra. Iara, e a Sra. Vera Lúcia Sarah Sidou Messias, Secretária das Execuções Penais (VEP de Cruzeiro do Sul).

O Promotor, que é muito atuante, disse que a Administração das Unidades Penais de Cruzeiro do Sul dificulta muito qualquer ação em prol de melhorias para as pessoas presas, e que não agiliza o trabalho externo. Elogiou muito o trabalho que a Pastoral Carcerária desenvolve nas Unidades locais.

O Dr. Walter também passou às Conselheiras cópia do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, de novembro de 2011, em que o Ministério Público propõe Compromisso de Ajustamento de Conduta ao Estado do Acre (por meio de suas Secretarias responsáveis) quanto à tomada de providências para o regular funcionamento das Unidades Prisionais Manoel Néri e Guimarães Lima (**ANEXO 10**), explicando que falta ser assinado, e relatou a Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público em relação à Unidade Guimarães Lima, visando à sua interdição, pelas péssimas condições que apresenta. Este documento, juntamente com outros que ele enviou à Secretaria do CNPCP por meio do 0F/MP/PJCZS/Nº

13/2012, de 25/02/12, do Promotor de Justiça de Cruzeiro do Sul, com relatórios penitenciários de 2011, preenchimento do Formulário do CNPCP, cópia da Ata de reunião sobre a adequação das Unidades Prisionais Guimarães Lima e Manoel Néri, e da Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público Nº 01/2011, também seguem em apenso a este Relatório (**ANEXO 11**).

Informou ainda o Promotor que existe uma Portaria da Juíza da VEP, Dra. Andréa da Silva Brito, de 09 de fevereiro de 2012, Instaurando Processo de Interdição da Penitenciária Guimarães Lima (**ANEXO 12**), com o apoio do Ministério Público, faltando apenas o parecer da Corregedoria da VEP. As Conselheiras ainda anexam a este Relatório dois documentos encaminhados pela Sra. Vera Lúcia, em nome da VEP, ao CNPCP, em 02 de fevereiro de 2012, por meio do Ofício SECVA Nº 65/2012 (**ANEXO 13**), quais sejam, Questionário de Inspeção preenchido pela VEP de Cruzeiro do Sul e formulários de acompanhamento de cada processo dos presos.

O Dr. Walter explicou que a Unidade nova, prestes a ser inaugurada, deveria receber os presos do regime fechado, para evitar a entrada de drogas, pois atualmente entra muita droga na Penitenciária Manoel Néri. Relatou também que em dois anos é o terceiro Diretor ali, porque os agentes penitenciários assim o querem, e que a maneira que ele, Promotor, encontrou de evitar maus tratos aos presos por parte dos agentes, foi ir semanalmente às Unidades para inspecioná-las. Disse ainda que os agentes penitenciários que vieram para as Unidades de Cruzeiro do Sul são muito despreparados, pois não fizeram curso de formação.

Por último, a Sra. Vera Lúcia, da VEP, informou que até muito recentemente a revista íntima era feita por agachamento e em paralelo a pessoa tinha que soprar um balão, e isto era feito para visitantes homens e mulheres.

9. REUNIAO NO IAPEN

No dia 03 de março, às 9h da manhã, a equipe do CNPCP, após ter solicitado, foi recebida na sede do IAPEN – Instituto de Administração Penitenciária do Acre, pelo seu Diretor Presidente, Sr. Dirceu Augusto da Silva, que é ex-Diretor da Polícia Federal em Porto Velho. Explicou ele que a lei que criou o IAPEN é de 2007 e que ele assumiu a sua chefia em fevereiro de 2011.

Nesta reunião as Conselheiras expuseram ao Diretor os problemas considerados mais graves, identificados durante a inspeção do CNPCP, e já lhe fizeram algumas recomendações quanto às providências. Em primeiro lugar, foram-lhe relatados os principais pontos negativos que são padrões da execução penal no Estado por parte da administração do sistema penitenciário acreano: visitas íntimas dentro das celas, o não oferecimento de roupas de cama, uniformes e lençóis aos presos e presas, a não existência de uma alimentação diferenciada para as pessoas presas que são ou estão doentes, a falta de agentes penitenciários, a precariedade do atendimento à saúde.

Em respostas ou justificativas, o Diretor Dirceu disse que grande parte do problema das visitas íntimas nas celas e da superlotação serão resolvidos com a inauguração da Penitenciária de Senador Guiomard, em março de 2012, para 588 vagas, que desafogará um pouco o Complexo Penitenciário de Rio Branco. As Conselheiras então fizeram-lhe um apelo para que realmente isso ocorresse o mais breve possível, pois a obra fora financiada com recurso público federal e está praticamente pronta, conforme se pôde verificar em visita da equipe do CNPCP a ela. Surpreendeu, em seguida, o comentário do Diretor no sentido de que “a salvação da lavoura” seria, dali a um ano, após a inauguração desta Unidade, a pretensão de o Estado terceirizá-la. A Conselheira Gisela então disse-lhe que, conforme for realizada tal terceirização, poderá vir “a salvação da lavoura da empresa que ganhar a licitação”, e recomendou ter cuidado com essa visão de que as terceirizações dos serviços como atendimentos médicos, alimentação, uniformes e outros no sistema penitenciário são a panaceia para todos os males, sendo que em várias Unidades da Federação isto tem gerado muitos problemas, como no Sergipe, no Tocantins, no Amazonas e na Bahia, e lembrou que o CNPCP vê com muita preocupação essa onda de “privatizações”.

Quanto às queixas dos presos e presas de Cruzeiro do Sul sobre o rigor excessivo da Portaria do IAPEN Nº 734/11, de 15 de setembro de 2011, permitindo a possibilidade de os custodiados substituírem algum nome da lista de seus visitantes somente a cada 180 dias, e ainda proibindo a visita íntima entre preso e presa que sejam casados ou companheiros, disse que ele publicou tal Portaria para coibir uma espécie de “bordel” que havia no sistema, com casos de prostituição, de presos vendendo as filhas para outros presos, mas ressaltou que a Portaria prevê que os casos omissos serão resolvidos pelos Diretores das Unidades, o que não vem

acontecendo nas Unidades de Cruzeiro do Sul visitadas, pelo menos nos casos em que ambos os cônjuges ou companheiros estejam presos ao mesmo tempo. Assim, pediu-se que reveja o teor de tal Portaria.

Questionado pelas Conselheiras sobre a situação precaríssima em que se encontra a Unidade Guimarães Lima, de Cruzeiro do Sul, disse o Diretor que a nova Unidade, praticamente ao lado desta, também será inaugurada muito em breve, igualmente em março de 2012, estando pronta, faltando apenas a pavimentação de acesso, e que com isso poderão desocupar aquela Unidade que está em péssimas condições.

Sobre os problemas graves gerados pelo precário atendimento à saúde que é prestado e da visível falta de medicamentos nas Unidades visitadas, disse ele que este não é um problema do IAPEN, e sim da Secretaria de Saúde, que nos últimos anos não prestou contas à União do Convênio que possui com o Ministério da Justiça quanto ao plano nacional de saúde no sistema penitenciário e que por isso desde 2010 teve suspenso o financiamento às Equipes de Saúde. Embora sabedoras de que a regularização das prestações de contas cabe à Secretaria de Saúde, as Conselheiras redarguiram que sim também era um problema dele, pois os presos são custodiados do IAPEN, que é responsável por eles em todos os aspectos de seus direitos humanos fundamentais, pedindo-lhe que gerenciasse junto ao seu Secretário e à Secretaria de Saúde para a rápida solução da questão pelos gestores respectivos, uma vez que o Estado é o mesmo.

Sobre o fato de as presas de Cruzeiro do Sul terem bebido água com fezes de urubus, disse que a caixa d´água tinha sido esterilizada e coberta. Ainda sobre o caso das 12 presas na Unidade Penal de Cruzeiro do Sul, que são de municípios distantes a 270 km dali, disse que estava agindo para que no Município de Feijó fosse adaptado um local para as mulheres presas, e que quando estivesse pronto elas seriam levadas para lá.

Indagado sobre a falta de agentes penitenciários e sobre quando os que ainda estão no quadro de reserva do concurso de 2008 serão efetivamente empossados, receberão o treinamento e a formação adequados e começarão a trabalhar, disse que naquele Concurso foram aprovados 288 agentes, mas que só há vagas para 149, comprometendo-se a gestionar junto ao Governador do Estado para a criação das demais vagas, mas já se justificando de que isso seria difícil, por representar forte impacto na folha de pagamento. As Conselheiras pediram-lhe

então que apresentasse essa demanda para o próximo Orçamento, mas que emergencialmente teria que vislumbrar uma maneira de pôr mais agentes a trabalhar no sistema.

Foi ainda questionado sobre o fato de a Unidade feminina de Cruzeiro do Sul ser dirigida por um homem. Disse que para colocar uma Diretora mulher teria que mudar o cronograma de cargos, e que isso seria difícil, mas mesmo assim as Conselheiras insistiram para que encontrasse algum modo de designar uma mulher para o posto, ainda que fosse como Assessora do atual Diretor.

Informou o Diretor, por fim, que em breve o Estado passará a usar tornozeleira eletrônica em 320 internos, liberando todos os da UP-4, do semiaberto com carta de trabalho e condenados.

10. REUNIÃO NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE

Ainda na manhã do dia 03 de março visitou-se a sede da Defensoria Pública do Estado do Acre, em Rio Branco, para uma reunião com os dois Defensores Públicos que atuam na área da execução penal na Capital, Srs. Cássio Tavares e João da Silva, este no posto a partir de setembro de 2011. Por cinco anos o Dr. Cássio atuou sozinho na área (desde 2006).

Disseram os Defensores que há um déficit de pelo menos 20 defensores públicos estaduais no Estado do Acre, pois o último concurso foi em 2006. Relataram que eles dois atendem, em média, 80 familiares de presos dos regimes aberto e semiaberto por dia, e ainda atuam em audiências, em processos disciplinares e em outros tantos feitos, sendo que, incluindo livramento condicional, eles atuam em mais de 9 mil processos, entre as duas varas (de Execução Penal e de Penas e Medidas Alternativas). As Conselheiras viram o Livro de Protocolo dessas Ações Integradas Permanentes, com todos os registros, com as fichas de atendimentos etc.

Em setembro de 2011 a Defensoria Pública realizou um mutirão carcerário, sendo que em julho de 2010 ocorrera o mutirão do CNJ no Estado.

Ao serem questionados de o porquê não comparecem às Unidades Penais de Rio Branco visitadas pelas Conselheiras, sendo uníssona a reclamação dos presos quanto às suas ausências, os dois Defensores reconheceram que o atendimento presencial é um direito dos presos, mas que eles realmente não comparecem, no

entanto um colega deles, o Defensor José Cláudio da Silva Santos vai quinzenalmente, desde setembro de 2011, e faz o atendimento lá nas Unidades, embora ele não seja lotado na área da execução penal. O Dr. José Cláudio já foi o Corregedor da Defensoria Pública.

Reclamaram, por fim, que o IAPEN até hoje não cedeu uma sala para eles trabalharem nas Unidades do Complexo Penal de Rio Branco, e que não lhes dá segurança, embora as tenham requisitado.

11. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CNPCP REALIZADA NA CIDADE DE RIO BRANCO EM 24 DE JUNHO DE 2012

Por solicitação das Conselheiras Gisela Maria Bester e Maria Ivonete Barbosa Tamboril, apresentada e aprovada por unanimidade pelos colegas Conselheiros na reunião do dia 17 de abril de 2012, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) do Ministério da Justiça realizou, no dia 24 de maio de 2012, uma Audiência Pública no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, para a apresentação deste Relatório de Inspeção do CNPCP ao Sistema Penitenciário Acreano, visando a debater com as autoridades responsáveis pela execução penal no Estado e com representantes da sociedade civil organizada os principais desafios a serem enfrentados mais urgentemente no que se refere à situação atual do sistema.

A Audiência Pública foi presidida pelo Desembargador Herbert Carneiro, Presidente do CNPCP, e contou com a presença das Conselheiras Gisela e Maria Ivonete, bem como do Sr. Leandro Zaccaro, da Ouvidoria do Sistema Penitenciário Nacional, que também participou da inspeção, tendo contado com o apoio do servidor do CNPCP, Jefferson Lopes. O ato público deu-se no auditório do Palácio da Justiça/TJ e teve a participação de 56 pessoas (Lista de Presenças no **ANEXO 14**), do Ministério da Justiça, de servidores do IAPEN, da imprensa e da comunidade local, contando também com a participação ativa da Juíza da VEP - Sra. Luana Campos, da Promotora das Execuções Penais - Sra. Joana D'Arc Martins e do Sr. Cássio Tavares - Defensor Público do Estado do Acre, e ainda do Diretor do IAPEN, Sr. Dirceu Silva. Depois de o relatório ter sido apresentado, ouviram-se as manifestações das autoridades referidas, e de vários gestores do IAPEN, assim como do Ouvidor do Sistema Integrado de Segurança Pública do Estado - Sr.

Valdecir Nicácio Lima, tendo-se firmado vários compromissos em prol da melhoria das condições do sistema penitenciário acreano.

A seguir, registra-se neste Relatório uma síntese das falas das pessoas que se manifestaram neste ato público, a partir das aberturas do Presidente do CNPCP e da apresentação das Conselheiras.

A primeira a falar foi a Dra. Luana, Juíza da VEP de Rio Branco, dizendo que assumiu a Vara como titular em dezembro de 2011 e que já havia muitos processos atrasados, sendo que em seguida tirou dois meses de férias. Então a partir de março de 2012 retomou tudo e vem fazendo inspeções regulares nas Unidades penais da Capital e também faz atendimento às famílias dos presos. Observou que a VEP ficou muito tempo sem juiz titular. Confirmou que realmente os problemas de saúde dos presos são muito graves. Hoje há 4.500 processos na Vara, e por isso pede apoio para a criação de mais uma vara de Execução Penal na Capital. Já fez relatório de acompanhamento de pena e constatou que em 90% dos casos a pena não está vencida. Confirmou que já estão dando início ao uso das 350 tornozeleiras eletrônicas para o regime semiaberto e que no dia de amanhã farão 32 audiências para inclusão do monitoramento eletrônico. Finalizou dizendo que se o Estado do Acre tem uma grande população carcerária o é porque ali a Polícia Militar é muito atuante, prendendo bastante. Indagada pelo Conselheiro Herbert sobre um problema que haveria com as Cartas de Guia, a juíza disse que realmente falta agilidade de uma Comarca a outra neste particular. As Conselheiras anexam ao presente Relatório o Ofício GABJU/C Nº 29, de 10 de janeiro de 2012, onde a Diretora de Secretaria da Vara de Execuções Penais de Rio Branco responde ao Of. Circular nº 95/CNPCP-2011, com informações sobre preenchimento do Questionário de Inspeção (**ANEXO 15**).

A Dra. Joana D´Arc Dias Martins, Promotora da VEP, disse não ter muito a acrescentar, pois tudo o que as Conselheiras apresentaram é a realidade que vivem ali no Acre, ressaltando que muitas vezes pequenas medidas, que não custam caro, podem melhorar a ambiência carcerária, e, neste sentido, citou como exemplo o fato de haver Unidades, como a UP4, que nunca nem foram pintadas, revelando um descaso dos gestores para com a questão penitenciária já desde estes pequenos sinais. Lembrou que Ministério Público e Poder Judiciário trabalham muito na execução penal, mas nenhum destes órgãos têm a chave do cofre para fazer os investimentos necessários, dependendo do Poder Executivo. Disse haver poucas

políticas públicas visando à reinserção dos presos (trabalho, ensino) e que, por isso mesmo, ela e a Juíza da VEP vêm deferindo Carta de Trabalho “até para vender Avon e Natura”. Falou que a Unidade nova de Senador Guiomard já poderia ter sido inaugurada pelo Poder Executivo ainda em 2011. Confirmou que passou um tempo sem ir às Unidades por ter sido ameaçada de morte, mas disse que seu colega ia, o Promotor da VEPEMA, Dr. Abelardo Tower.

O Dr. Cássio Tavares, Defensor Público das Execuções Penais disse que quando as Conselheiras estiveram ali trabalhava ele e mais dois colegas na execução penal e que agora, por força de os outros dois Promotores terem sido destacados para outras Varas Criminais genéricas, restou apenas ele. Enfatizou que em Cruzeiro do Sul há apenas uma Defensora Pública para atuar em 5 Comarcas do Vale do Rio Juruá. Falou que apresenta relatórios mensais à Corregedoria da Defensoria Pública. Informou que já estão com concurso aberto, porém apenas para 12 vagas e que no dia de ontem, 23/05, apresentaram ao Governador do Estado estudo pedindo recursos para terem assessores e estagiários.

O Ouvidor da Segurança Pública, nos moldes do “PNH3”, Sr. Nicácio, também reforçou a preocupação, muito séria, quanto à formação dos agentes penitenciários. Disse ainda que o Estado do Acre está prendendo muito e mal, baseado em uma política de resultados, de números, forçando mais prisões do que deveria haver. Reclamou que o Poder Judiciário só confere progressão ao preso que apresente carta de emprego, mas a Dra. Luane explicou-lhe que já quebrou esta prática, dizendo que há um mês já está liberando quem tem direito à progressão para ir procurar emprego e comunicá-la sobre este no prazo de 30 dias.

Por fim falou o Diretor do IAPEN, Sr. Dirceu, comunicando que em Feijó a Unidade mescla policiais militares com presos civis, mas que para resolver o problema das presas que devem retornar ao Município lá há um Instituto do Estado (ISEDUC), que receberá nova sede e então será adaptado para receber as 12 presas que estão indevidamente em Cruzeiro do Sul. Foi passando a palavra aos seus gestores, para que tivessem a oportunidade de responder às críticas e aos questionamentos lançados no Relatório do CNPCP, começando pelo Sr. André, Gerente de Manutenção, Infraestrutura e logística, que disse que os colchões dos presos estão sendo substituídos gradativamente. Em seguida falou a Sra. Somália, Gerente Financeira do IAPEN, dizendo ser este uma autarquia que não se auto-sustenta, recebendo recursos do Estado, mas que são insuficientes. Afirmou que

hoje, do duodécimo de 2 milhões e 230 mil reais, 70% são consumidos com alimentação dos presos, sobrando 600 mil reais ao mês para todo o resto (manutenção predial, viaturas, uniformes de agentes etc.). Os presentes consideraram muito alto o valor da alimentação dos presos, em média R$ 14,00 ao dia por pessoa (café da manhã, almoço e jantar) e as demais autoridades presentes à mesa recomendaram que o Estado/IAPEN reveja tais valores junto às empresas que contratou para o fornecimento dessas refeições. Depois falou a Sra. Marli, da Gestão de Pessoal, sobre o efetivo de agentes penitenciários, dizendo que 149 foram convocados e empossados em 1º e 7/03/12, e que a Lei 2.552/12 criou mais 131 vagas, para chamar mais daqueles aprovados no concurso de 2008. Depois falou a Sra. Madalena, que era Diretora da Unidade Feminina de Rio Branco quando da visita das Conselheiras, dizendo que todas as presas já estão com colchões novos, D33, e que fizeram teste na água e deu potável. Ela assumiu a pasta da Saúde Prisional em 13 de abril de 2012 e disse que tem tido uma luta difícil com a Secretaria Estadual de Saúde, que está falhando desde 2007, ao não prestar contas do Convênio ao Ministério da Saúde, devendo os relatórios anuais de 2007, 2008 e 2009. Para finalizar, o Sr. Dirceu falou que o Acre é um Estado pobre e que por isso não consegue resolver seus problemas, ao que a Conselheira Gisela redarguiu dizendo que justamente por ser tido como um Estado pobre é que recebeu robusto investimento federal para o seu sistema penitenciário, segundo o Dr. Rossini, Diretor do DEPEN/MJ, em torno de 25 milhões de reais entre 2006 e 2010, para gerar em torno de 1340 vagas, isto sem os reajustes e os aditivos, conforme documento (**ANEXO 16**) que repassou às Conselheiras na 383ª Reunião do CNPCP, em 17 de abril último, quando este Relatório foi apresentado no Conselho. Na ocasião, disse que, portanto, dinheiro não faltou, e que a Unidade de Cruzeiro do Sul era para ter sido concluída em 13 meses, porém, iniciada em outubro de 2008, somente foi inaugurada em 2012, demonstrando problemas de gestão. Dito isto, o Diretor do IAPEN informou que justamente hoje a Sra. Marli, Gerente de Convênios, está em Brasília, no Ministério da Justiça, explicando ao Diretor do DEPEN o porquê de as obras terem demorado tanto a ficar prontas e, depois de prontas, tardarem tanto a ser inauguradas.

12. RECOMENDAÇÕES

Diante de todo o exposto, **recomenda-se**, com o escopo de aprimorar o sistema prisional do Acre e fazê-lo cumprir as normas constitucionais e infraconstitucionais a respeito de uma adequada execução penal:

12.1. Em relação ao Sr. Governador do Estado do Acre, sejam-lhe remetidos ofícios da Presidência do CNPCP, com cópia deste Relatório, solicitando providências para:

12.1.1. Realização de novo Concurso para a carreira de Defensor Público do Estado do Acre, aumentando o seu plantel de defensores públicos na área da execução penal;

12.1.2. Imprimir celeridade na inauguração da Unidade Penal de Senador Guiomard, feita em grande parte com recursos públicos federais (70%) e já pronta, para amenizar o problema da superlotação do Complexo Penal de Rio Branco;

12.1.3. Solicitação de justificativa da Secretaria Estadual de Saúde e do Diretor do IAPEN para o descumprimento da Portaria Interministerial Nº 1.777, pois o Complexo Penitenciário de Rio Branco deveria ter cadastradas 6 equipes de Saúde e só tem duas, e informação sobre se já foi regularizada a prestação de contas do Convênio com o Ministério da Saúde;

12.1.4. Destinar mais profissionais da área da Enfermagem para atuarem no sistema penitenciário;

12.1.5. Realização de novo concurso público para agentes penitenciários;

12.2. Em relação à Presidência do Tribunal de Contas do Estado, ao Diretor do IAPEN e à Controladoria-Geral do Estado, sejam oficiados em nome do CNPCP, com cópia deste Relatório, para:

12.2.1. que recomendem aos fiscais dos Contratos que o Estado mantém com as Empresas Tapiri e A. Guimarães, fornecedoras de alimentação a unidades penais, que solicitem aos profissionais da área da Nutrição, de tais empresas, a previsão, nos cardápios, de dietas diferenciadas para as pessoas presas doentes;

12.2.2. que revejam nos Contratos do Estado com as Empresas Tapiri e A. Guimarães, fornecedoras de alimentação às Unidades Penais visitadas, o alto custo das marmitas, que ficou evidenciado na Audiência Pública de 24/05/2012;

12.3. Em relação ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre, seja-lhe remetido ofício do CNPCP, com cópia deste Relatório, solicitando que tome providências a fim de investigar a possível ocorrência de crime contra a saúde pública – tipificado no art. 271 do Código Penal Brasileiro –, pois, segundo as presas do Núcleo Penal Feminino de Cruzeiro do Sul, teria havido “corrupção ou poluição de água potável, de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para consumo ou nociva à saúde” no período em que tiveram que consumir água contaminada com fezes de urubus, e o mesmo crime possa eventualmente ter ocorrido quando a Direção da Unidade tomou a solução de pôr cloro em excesso, visando a sanar o problema na água, tornando-a mais uma vez imprópria para o consumo humano, uma vez que então as presas foram acometidas de dores de estômago;

12.4 Em relação à Secretaria Estadual de Saúde e à Secretaria Municipal de Saúde de Cruzeiro do Sul, oficie-se em nome do CNPCP, com cópia deste Relatório, para solicitar que a Vigilância Sanitária faça uma inspeção na sede do Núcleo Penal Feminino de Cruzeiro do Sul, para averiguar as condições de higiene, sobretudo nas fossas, vasos sanitários e na caixa d´água.

12.5. Em relação ao Diretor Presidente do IAPEN, seja-lhe remetido ofício do CNPCP solicitando-lhe que:

12.5.1. reveja, juntamente com seus Diretores de Unidades Penais, os cardápios diários oferecidos pelas empresas terceirizadas (Dapiri e A. Guimarães), a fim de prever menus diferenciados para doentes (dieta hipossódica para hipertensos,

especial para diabéticos etc.), assim como para os convalescentes de cirurgias ou de outros procedimentos;

12.5.2. providencie, juntamente com seus Diretores de Unidades Penais, salas próprias para o exercício das atividades dos Defensores Públicos em cada estabelecimento penal, guardando por sua segurança;

12.5.3. estimule os Diretores das Unidades Penais do Estado a agilizarem o trabalho externo para os seus presos;

12.5.4. aumente o número de agentes penitenciários em todas as Unidades Penais visitadas e lhes propicie a adequada formação, por meio de cursos específicos antes de entrarem na ativa.

12.5.5. reative-se o estudo para as presas no Núcleo Penal Feminino de Cruzeiro do Sul;

12.5.6. providencie um espaço com brinquedoteca onde possam ficar as crianças nos dias de visitas, no Núcleo Penal Feminino de Cruzeiro do Sul, em cumprimento à RESOLUÇÃO CNPCP Nº 4/2009;

12.5.7. reveja a redação da Portaria do IAPEN Nº 734/11, de 15 de setembro de 2011 (ANEXO 8), principalmente seu art. 4º, § 1º, de modo a tornar menos rígida a possibilidade de inclusão de novos nomes de visitantes nas Listas próprias – sendo que em outras Unidades da Federação isso pode ser feito até diariamente, e no sistema penitenciário acreano somente a cada 180 dias –, assim como a permitir que presos casados ou companheiros entre si possam ter visita íntima;

12.5.8. providencie urgentemente a transferência das 12 presas que estão na Unidade Penal Feminina de Cruzeiro do Sul, e que são de Feijó e de Tarauacá, para suas cidades de origem, dando conhecimento da medida adotada ao CNPCP;

12.5.9. providencie, juntamente com o Diretor da Unidade, o desentupimento e a cobertura das fossas de esgoto da Penitenciária Manoel Néri, de Cruzeiro do Sul;

12.5.10. realize um levantamento de quantos presos estrangeiros há na Penitenciária Manoel Néri, e de qual é a situação jurídica atual de cada um deles, remetendo tal relatório ao CNPCP;

12.5.11. providencie para que os agentes penitenciários retomem o controle das celas e dos pavilhões da Unidade Penitenciária Manoel Néri, atualmente literalmente nas mãos dos presos da faxina;

12.5.12. incremente o trabalho interno aos presos da Penitenciária Manoel Néri;

12.5.13. agilize a transferência dos processos de presos que estão cumprindo pena em Cruzeiro do Sul com seus processos ainda em Rio Branco;

12.5.14. crie Comissões Permanentes de Sindicância nas Unidades penais de Cruzeiro do Sul, notadamente na Penitenciária Manoel Néri, de modo a garantir o contraditório e a ampla defesa dos presos nos processos administrativos de sanções disciplinares, e a finalização efetiva desses processos;

12.5.15. providencie um Diretor para cada Unidade Penitenciária, erradicando as acumulações de cargos nesta seara;

12.5.16. providencie a nomeação de uma Diretora mulher para Unidade Penal Feminina de Cruzeiro do Sul, conforme disfunção de gestão apontada em documento anexo (Memorando nº 118/CNPCP-2012, de 17/04/2012, do CNPCP ao DEPEN/MJ – **ANEXO 17**);

12.5.17. acabe com a restrição de água aos presos na Unidade Manoel Néri.

12.6. Em relação à Presidência e à Corregedoria do Tribunal de Justiça, enviem-se-lhes ofícios do CNPCP, com cópia deste Relatório, recomendando que:

12.6.1. tomem providências para agilizar os trâmites de uma Comarca a outra no que se refere às Cartas de Guia;

12.6.2. planejem a criação de uma outra Vara de Execuções Penais em Rio Branco.

13. ANEXOS

1 – Formulários do CNPCP, preenchidos pelos Diretores das Unidades visitadas (ANEXO 1);

2 – Formulários do CNPCP, preenchidos pelas Conselheiras nas Unidades visitadas (ANEXO 2);

3 – COMUNICADO 854/2012, indicando a contagem do efetivo da Unidade URF-1/RB, de 29/02/2012 (ANEXO 3);

4 – Cardápio da Empresa TAPIRI para a cozinha do Complexo Penitenciário de Rio Branco/Início 05/01/2012 (ANEXO 4);

5 – Cardápio da Empresa TAPIRI preparado na cozinha do Complexo Penitenciário de Rio Branco para os Desabrigados das Enchentes – 25/02 a 25/03/2012 (ANEXO 5);

6 – Cópia do Relatório da Unidade de Saúde do Complexo Penitenciário de Rio Branco (ANEXO 6);

7 – Relatório do Efetivo Carcerário do Núcleo de Execução Penal de Cruzeiro do Sul, de 1º/03/12 (ANEXO 7, 2 p.);

8 – Portaria do IAPEN Nº 734/11, de 15 de setembro de 2011 (ANEXO 8);

9 – Relatório do Efetivo Carcerário das Unidades Penitenciárias Manoel Néri da Silva e Guimarães Lima, de Cruzeiro do Sul, em 02/03/12 (ANEXO 9);

10 – Cópia do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, de novembro de 2011, em que o Ministério Público de Cruzeiro do Sul propõe Compromisso de Ajustamento de Conduta ao Estado do Acre (por meio de suas Secretarias responsáveis) quanto à tomada de providências para o regular funcionamento das Unidades Prisionais Manoel Néri e Guimarães Lima (ANEXO 10);

11 – 0F/MP/PJCZS/Nº 13/2012, de 25/02/12, do Promotor de Justiça de Cruzeiro do Sul, com relatórios penitenciários de 2011, preenchimento do Formulário do CNPCP, cópia da Ata de reunião sobre a adequação das Unidades Prisionais Guimarães Lima e Manoel Néri, e da Portaria de Instauração de Inquérito Civil Público Nº 01/2011 (ANEXO 11);

12 – Portaria Nº 01/2012, da Juíza da VEP de Cruzeiro do Sul, Dra. Andréa da Silva Brito, de 09 de fevereiro de 2012, Instaurando Processo de Interdição da Unidade Penitenciária Guimarães Lima (ANEXO 12);

13 – Ofício SECVA Nº 65/2012, de 02/02/2012, com Questionário de Inspeção preenchido pela VEP de Cruzeiro do Sul e formulários de acompanhamento de cada processo dos presos da VEP (ANEXO 13);

14 – Lista de Presenças da Audiência Pública realizada pelo CNPCP em Rio Branco no dia 24 de maio de 2012 (ANEXO 14);

15 – Ofício GABJU/C Nº 29, de 10 de janeiro de 2012 - Resposta da Diretora de Secretaria da Vara de Execuções Penais de Rio Branco ao Of. Circular nº 95/CNPCP-2011, com informações sobre preenchimento do Questionário de Inspeção (ANEXO 15);

16 – Tabela do DEPEN/MJ demonstrando os valores liberados pelo FUNPEN para investimentos no sistema penitenciário do Acre, de 2006 a 2010 (ANEXO 16);

17 – Memorando nº 118/CNPCP-2012, de 17/04/2012, do CNPCP ao DEPEN/MJ (ANEXO 17);

18 –Registro fotográfico das visitas da equipe do CNPCP – (ANEXO 18).

OBSERVAÇAO FINAL: este relatório foi apresentado pelas Conselheiras na 383ª reunião ordinária do CNPCP, realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2012, em Brasília, tendo sido aprovado por unanimidade pelos seus pares. Foi referendado novamente na reunião 385ª, no dia 26 de junho, quando relataram a realização da Audiência Pública.

Brasília, DF, 26 de junho de 2012.

Conselheiras

GISELA MARIA BESTER

MARIA IVONETE BARBOSA TAMBORIL